

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Saneamento da Amazônia: (Des)encontros entre médicos brasileiros e norte-americanos em tempos de Guerra (1940-1945)¹

Rômulo de Paula Andrade²

Gilberto Hochman³

Resumo: O objetivo da comunicação é analisar a posição e atuação de Fred L. Soper e João de Barros Barreto, principais dirigentes respectivamente da International Health Division da Fundação Rockefeller no Brasil (IHD) e do Departamento Nacional de Saúde (DNS/MES), frente à criação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) em 1942 que, dirigido por técnicos norte-americanos, seria o responsável pelo saneamento do Vale do Rio Amazonas, crucial no suprimento de matérias-primas estratégicas. Ambos tiveram suas propostas derrotadas pelos acordos de cooperação promovidos pelo Departamento de Estado dos EUA. O trabalho pretende indicar a complexidade das relações entre o governo estadunidense, a filantropia dos Rockefeller no Brasil e o governo Vargas no campo da saúde.

Abstract: The objective of the communication is to analyze the position and performance of Fred L. Soper and João de Barros Barreto, main controllers respectively of the International Health Division of the Rockefeller Foundation in Brazil (IHD) and of the Departamento Nacional de Saúde (DNS/MES), in face of the creation of the Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) in 1942 that, directed for technician North American, would be the responsible one for the sanitation of the Valley of the River Amazon, crucial in the strategical raw material suppliment. Both had its proposals defeated for the agreements of cooperation promoted by the Department of State of U.S.A.. The work intends to indicate the complexity of the relations between the United States government, the philanthropy of the Rockefeller in Brazil and the government Vargas in the field of the health.

Apresentação

¹ O trabalho contou com o financiamento da CAPES. O resumo apresentado no simpósio é parte da dissertação “A Amazônia vai ressurgir!”: Saúde e Saneamento na Amazônia do Primeiro Governo Vargas (1930-1945), defendida na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

² Mestre em História das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ).

Professor do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da saúde (COC-FIOCRUZ)

³ Professor do Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da saúde (COC-FIOCRUZ) e pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

No final dos anos 30 e início dos anos 40, médicos e instituições brasileiras formularam, por solicitação de Vargas, um plano de saneamento da Amazônia. O contexto externo interferiu diretamente nos rumos deste plano, abortado pela conjuntura de guerra e pelas pressões norte-americanas sobre o Brasil. O objetivo do trabalho é analisar de que forma acontecimentos como as negociações entre Estados Unidos da América e Brasil e a conseqüente assinatura dos convênios militares chamados *Acordos de Washington* se interpuseram nos planos de dois dos principais quadros da saúde pública da época: Fred L. Soper, representante da Fundação Rockefeller no Brasil e João de Barros Barreto, diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS), ligado ao Ministério da Educação e Saúde (MES).

1 – Fred L. Soper

Com a aprovação do Plano de Saneamento da Amazônia em 1940, Fred L. Soper, que era o principal representante local da Fundação Rockefeller, manifestou a intenção de colaborar com o Departamento Nacional de Saúde. Em correspondência à Wilbur A. Sawyer, diretor da IHD em Nova York, o dirigente relatou um encontro seu com Samuel Libânio, diretor do Departamento Nacional de Saúde, que por sua vez, perguntou a Soper se ele teria interesse em participar do projeto.⁴ Soper classificou a conversa com Libânio como preliminar, pois nem ele ou Libânio poderiam representar oficialmente suas instituições. Na época, a estratégia planejada pelo dirigente de erradicação dos mosquitos vetores da malária no nordeste estava tendo sucesso. O que a missiva expõe é a tentativa do diretor em expandir a atuação da Fundação Rockefeller para outras regiões do país, através de contatos e pequenas colaborações.

Para isso, Soper pediu à Sawyer, maiores investimentos para o projeto *Gambiae*. Assim, ele conseguiria expandir o escopo do projeto anti-malária que chefiava. Conseqüentemente, a Fundação Rockefeller conseguiria participar mais do desenvolvimento de outras áreas de controle em conjunto com o governo brasileiro.⁵ Sawyer recebeu as propostas de Soper com cautela, pois o orçamento do ano seguinte já estava fechado. O diretor apenas concordou com gastos extras caso a verba destinada ao SMNE não fosse inteiramente gasta. Dessa forma, o resto do erário poderia ser investido em outros projetos. Estas correspondências ilustram os movimentos de Soper, defendendo seus interesses e demonstram que mesmo fazendo parte de uma instituição como a Fundação Rockefeller, o

⁴ João de Barros Barreto foi diretor do DNS em duas épocas (1937-39) e (1941-45). Neste ínterim, Samuel Libânio que foi o responsável pelo órgão. (Hochman, 2006).

⁵ Ibidem.

dirigente possuía liberdade de ação junto aos seus contatos. As ordens que tinha que seguir não anulava possíveis margens de manobra.

Dois anos depois, o dirigente manifestou novamente interesse, em colaborar com o plano de ação que estava sendo formulado pelo DNS. A idéia do dirigente era fazer a mesma operação realizada em anos anteriores: a transferência de mão de obra de um serviço da Fundação Rockefeller para outro.⁶ Dessa forma, o dirigente propôs uma possível colaboração com o governo brasileiro:

I have not discussed the situation with any of the brazilian authorities but in considring the possibility it has occurred to me that the Foundation might act as government representative and pool its resources with the coordinator's office regarding the ratio of Coordinator's contribution to a combined government and Foundation budget, the whole to be administered by the Foundation operating as a government service as in the past (grifo meu).⁷

Para Soper, a situação de guerra justificava essa ação, mas reconhecia que esta empreitada daria tanto ao governo brasileiro quanto ao Coordinator's Sanitary Section uma considerável dor de cabeça e anteciparia sua morte em pelo menos dez anos, como diz seu próprio texto: “would probably put me in my grave some ten years before my time”.⁸

A correspondência de Soper é de 7 de março, poucos dias depois da assinatura dos “Acordos de Washington”. Mesmo assim, seu pedido repercutiu na Fundação: uma correspondência interna, chamada de “Inter-office correspondence”, reconhecia que o grandioso esforço de guerra requeria expressiva ajuda técnica do corpo médico da International Health Division (IHD), mas também implicava substancial aporte financeiro. Sugeriu, então, que o IHD colaborasse apenas na administração e direção da empreitada, pois assim a ajuda financeira se daria um escala muito menor.⁹ Em anexo a esta correspondência havia uma reportagem do New York Times, divulgando o acordo realizado entre os governos brasileiro e americano, dando conta do Plano de Saneamento do Vale do Amazonas, que seria

⁶ No início do Serviço de Malária do Nordeste (SMNE), em 1939, Soper transferiu boa parte do pessoal e dos recursos do Serviço de Febre Amarela (SFA), também sob guarda da Rockefeller, para o então recém-criado serviço, onde organizou um grupo de 4.000 empregados.

⁷ Idem.

⁸ Ibidem.

⁹ As duas correspondências do “Inter-office correspondence” não tinham remetente, apenas siglas. Esta se designava da seguinte forma: From: GKS To: WAS. WAS provavelmente se refere às iniciais de Wilbur A. Sawyer, diretor da International Health Division da Fundação Rockefeller e GKS, George King Strode, diretor associado do IHD. Dessa forma, a notação será : Correspondência de George King Strode a Wilbur Sawyer, march 18, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc.210

chefiado por G.M. Saunders, da Divisão de Saúde Pública do *Office*. Em resposta a Soper, Sawyer expõe a preocupação da Fundação Rockefeller em ser independente, não se identificando com o governo estadunidense. Para Sawyer, a independência em relação ao governo americano que a Fundação Rockefeller buscava ter seria comprometida por uma possível associação com o *Office* e o governo brasileiro:

Dr. Soper's suggestion about malaria control in the Amazon Valley raises several questions:

1 – The question of the policy of our staff in foreign countries not becoming identified with U.S government. - The established policy of remaining aloof has been very wise and successful. Can we render a greater service now by continuing this policy or by modifying it due to the war? (...) I am of the opinion that if we once modify it we will increase our difficulties of administration. It will also be more difficult to resist pressure from other official and semi-official organizations. (...)

3 – It is my impression that the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs has a transitory program and interest, with indefinite resources. If this is correct, we and the Brazilian government might be left with a very expensive “bag to hold”. At the moment they have plenty of money to spend and I see no reason why we should contribute financially. This would be a safeguard to some extent against any moral obligation on our part to step into the breach in case the Coordinator of Inter-American Affairs should for any reason fail.¹⁰

Em correspondências posteriores, Soper desistiu de colaborar com o governo brasileiro. A intenção do dirigente era continuar o trabalho no Brasil, desta vez transferindo-se do nordeste para a Amazônia, e, posteriormente, para o distrito federal. Como visto, seus projetos não foram adiante. Após o encerramento do Serviço de Malária do Nordeste, a Fundação se retirou das obras contra a malária no Brasil, deixando o programa de controle da doença aos dirigentes brasileiros e ao SESP.

II - João de Barros Barreto e os *Acordos de Washington*

Os Acordos de Washington tiveram recepção variada na imprensa, como mostram artigos nos periódicos da época. O *Diário de Notícias*, em editorial de 3 de março, afirmou que “temos fé, a maior fé na valorização econômica da Amazônia!”.¹¹ O *Correio da Manhã* se

¹⁰From WAS to FLS. Correspondência de Wilbur Sawyer à Fred Soper, March 20, 1942, COC, Coleção Fundação Rockefeller, doc.211.

aprofundou na questão.¹² No período de negociação entre Souza Costas e governo americano, o periódico expôs questões e problemas sobre o acordo. Francisco Chermont de Miranda, articulista do jornal, afirmou que as expectativas estavam muito elevadas, pois alguns jornalistas cogitavam a possibilidade de 600 mil toneladas de borracha serem produzidas. Tinha opinião contrária ao uso de técnicos estrangeiros no Brasil, afirmando que “não precisamos de técnicos estrangeiros, sem nenhum conhecimento prático dos nossos processos de corte dos seringueiros, nem do regime local” e sugerindo que, para ter efeito prático, deveria ser feito um plano de saneamento que seria uma verdadeira “obra de Sísifo”.¹³ Em 13 de março do mesmo ano, dez dias depois da divulgação dos “Acordos”, um artigo anônimo de título “Convém Distinguir” foi publicado no *Correio da Manhã*. De início, o texto informa que, na reunião de consulta dos chanceleres americanos ocorrida no início do ano, ficou decidido que um grande número de médicos especialistas seriam envolvidos em uma ação ampla de saneamento para as regiões produtoras de borracha que, óbvio, estariam localizadas na Amazônia. E complementou:

É pois o Brasil para sanear-los que se dirige os técnicos do Sr. Rockefeller. Para nós, que sempre sustentamos as vantagens da colaboração, não o coordenador dos negócios inter-americanos, mas da Fundação Rockefeller no saneamento do Brasil, a anunciada resolução só pode causar satisfação. Mas convém entrar no íntimo da questão (...) O telégrafo nos anuncia a vinda de homens para planejar e dirigir. Que quer isso dizer senão que os nossos conhecedores do problema sanitário da Amazônia terão que se eclipsar, reduzidos talvez a colaboradores desses dirigentes. Ora, quem conhece o valor dos nossos técnicos e sabe que eles, no vasto cenário nacional já tem dado sobejas provas de sua competência, fica realmente apreensivo quanto ao papel de subordinação que lhes ficaria reservado (grifo meu).¹⁴

O autor atentou para a qualificação dos técnicos brasileiros, discordando da presença de outros especialistas norte-americanos, considerando tal fato um desperdício de força, já que os especialistas estrangeiros poderiam ser aproveitados pelos próprios Estados Unidos, que também teriam necessidades. Questionou também a autoridade que os

¹¹“Diário de Notícias”. 03/03/1942, p. 5. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

¹²O “Correio da Manhã” sofreu forte censura durante o governo Vargas. Em especial, devido à sua postura opositora, ao denunciar o golpe de 1937 (Sodré, 1998).

¹³Correio da Manhã. 26/02/1942, p.3. A data do artigo é de antes da assinatura dos “Acordos”, mas demonstra como o tema estava em pauta na imprensa. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

¹⁴ Correio da Manhã, 13/3/1942, p.13. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

americanos teriam, pois não eram especialistas em doenças tropicais. Para justificar a excelência brasileira no assunto, traçou um histórico da malária no Brasil e do pouco conhecimento estrangeiro sobre o assunto:

O Brasil sempre foi um país onde os estudos de medicina tropical tiveram grande desenvolvimento. E será fácil compreendê-lo. Desde que a imigração africana trouxe para a Bahia as enfermidades tropicais reinantes no continente negro, a atenção dos médicos baianos se voltou para o problema. (...) O paludismo, doença tropical por excelência e que extensa a quase totalidade do problema amazônico possui inúmeros conhecedores (...) que tem sido objeto de pesquisa e de campanhas profiláticas coroadas de êxito. Havendo nenhuma dela no [rio] madeira em que um técnico brasileiro foi quem salvou do naufrágio importante empreendimento que estava sendo sacrificado pela má orientação de um médico inglês.¹⁵ Com tudo isso, parece que a vinda de homens para “planejar e dirigir” o saneamento zonas de cultura e de borracha representa pelo menos, na mais otimista das hipóteses e interpretações, uma dispersão de valores, num momento em que a capacidade individual pode ser fator decisivo para o êxito na guerra (grifo meu).¹⁶

Segundo Campos, os americanos descobriram ter sido João de Barros Barreto o autor do artigo (Campos, 2006:57). De acordo com o autor, tratava-se mais de uma disputa de poder dentro do Ministério da Educação e Saúde do que uma diferença em relação a concepções de sanitarismo. Barros Barreto fazia parte do grupo de “jovens turcos”: funcionários da área de saúde pública que foram bolsistas da Johns Hopkins School of Public Health, da Fundação Rockefeller, sendo consideravelmente influenciados pelo modelo de gestão de saúde e saneamento dos norte americanos (Gadelha e Packard, 1995:10). Lá, foram treinados no planejamento e na implementação de campanhas de saúde pública. E, claro, a convivência com profissionais estrangeiros da Fundação influenciou o modelo de políticas públicas implementado pelo governo Vargas. Segundo Fonseca, as políticas de saúde pública no Brasil se desenvolveram concomitante às regulações e debates internacionais em fóruns especializados, como as Conferências Sanitárias Panamericanas (Fonseca, 2005:177). Barros Barretos já tinha demonstrado insatisfação anteriormente, afastando-se, inclusive, do Ministério da Educação e Saúde.

Em 1943, no relatório que dava conta do fim do plano de saneamento da Amazônia, Barros Barreto, sem mencionar os Acordos de Washington ou o Serviço Especial

¹⁵Provavelmente a referência é à construção da Ferrovia Madeira-Mamoré., na Primeira República.

¹⁶ Correio da Manhã, 13/3/1942, p.13. Este acervo encontra-se sob guarda da Biblioteca Nacional, na seção de periódicos.

de Saúde Pública, criticou a grande recepção do plano feito em convênio com os norte-americanos:

Do exposto resulta não dever ser elaborado um novo plano pelo DNS. Ficou provado que os serviços de saúde projetados estavam dentro das suas próprias atribuições. (...) O que se sugere, pomposamente como grande novidade, foi o princípio estabelecido pela comissão: realizar trabalho desenvolvido de saúde pública nos núcleos habitados, dar sobretudo assistência ao restante da população (grifo meu) (Barreto, 1943, p.29).

O Plano de Saneamento da Amazônia foi a última tentativa de João Barros Barreto de recuperar o espaço perdido pela atuação estrangeira crescente na região amazônica. O Brasil no curso dos anos 30 participava e conhecia as discussões internacionais sobre saúde pública. Junte-se a isso o fato de João de Barros Barreto e outros sanitaristas terem sido bolsistas da escola de sanitaristas Johns Hopkins. Uma comparação entre a agenda sanitária do SESP e a que o DNS pretendia implementar na região mostra que ambas se alinhavam ao projeto do governo de ampliar sua atuação no interior. O SESP, assim como pretendia o DNS, montou unidades sanitárias, construiu e administrou escolas de enfermagem, hospitais, centros e postos de saúde, normatizou procedimentos através de seus manuais, estabeleceu convênios com estados e municípios, preocupou-se em formar mão de obra qualificada e promoveu a educação sanitária (Campos, 2006:55-56). Segundo Campos, o contexto internacional da época não permitia ao Brasil negar o acordo de saneamento firmado com Washington (Campos, 2000:204).

3 - Conclusão

A implantação do Serviço Especial de Saúde Pública implicou a perda de poder de João de Barros Barreto frente ao seu projeto de forte centralização administrativa, além de ter envolvido Fred L. Soper, da Fundação Rockefeller, que viu seu plano de continuidade de ação no Brasil interrompido pela assinatura dos acordos supracitados. Importante assinalar que não está em jogo um conflito entre nacionalistas e entreguistas, pois como demonstram Löwy e Campos, o governo brasileiro deste período via as agências internacionais como forma de expandir sua atuação nas mais distantes regiões do país, fortalecendo o projeto de construção e identidade nacional (Löwy, 2006; Campos, 2006). O que buscamos demonstrar é a complexidade das relações internacionais da época, que se refletiram nas ações e planos

interrompidos dos dirigentes contemplados nesta comunicação e, por fim, entendê-los como atores em meio a um dinâmico processo de transformações características do período.

Referências bibliográficas

BARRETO, João de Barros. *Saneamento da Amazônia*. In: Arquivos de Higiene, v.13, nº1, abril 1943.

CAMPOS, André Luiz Vieira. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas - O Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

FONSECA, Cristina. *Local e Nacional: Dualidades da Institucionalização da Saúde Pública no Brasil (1930-1945)*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

GADELHA, Paulo Ernani, Randall Packard. *Uma terra invadida por mosquitos: Fred L. Soper, a Fundação Rockefeller e a invasão do Anopheles Gambiae no Brasil*. In: GADELHA, Paulo Ernani. *História da doenças: Ponto de encontros e dispersões*. Vol.II. Tese de Doutorado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, março de 1995.

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.